



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE ITAQUI EM 04.08.2015

Aos 04 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº0003755-74.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Assistente-Chefe Margaret Leonora Kayser e pelos servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à disposição deste Posto Avançado. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação do Posto: 06.12.1996

Data da última correição realizada: 07.10.2014

Previsão de Instalação do PJe: 03.09.2015

Jurisdição: Itaqui e Maçambará.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 04.08.2015

Os dados constantes deste relatório apresentam informações administrativas e judiciárias exclusivas do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui relativas ao período correcionado. Diante da recente publicação do Provimento CGJT nº 02/2015 e das alterações por ele determinadas quanto ao tratamento estatístico dos dados de Varas Trabalhistas e Postos Avançados a elas vinculados, os ajustes necessários a serem realizados tanto no Sistema PJe quanto no e-Gestão não possibilitaram, até a data em que foi elaborado este relatório, apresentar conjuntamente os dados referentes à Vara do Trabalho de São Borja processados, então, em ata própria.

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

| Juiz | Situação | Período |
|-------------------------------|--|------------------|
| Adair João Magnaguagno | Juiz Titular da VT de São Borja | Desde 28.11.2014 |



(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015 da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Borja, à qual encontra-se vinculado o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui, pertence à 73ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga de zoneamento, atualmente ocupada pela Juíza Substituta **Roberta Testani**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Conforme informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui é atendido pelo Juiz Titular e pelos Juízes Substitutos que atuam na Vara do Trabalho de São Borja.

A tabela abaixo demonstra as atuações ocorridas ao longo do período correcionado, de acordo com as lotações dos magistrados que titularizaram a Unidade Judiciária de São Borja, assim como informa a Juíza Substituta zoneada na 73ª circunscrição da 4ª Região.

| | Juiz (a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|-----------------------------------|--|-----------------|------------------------------|
| 1 | Julieta Pinheiro Neta | 09.05.2013 a 26.01.2014 | Juíza Titular | 8 meses e 18 dias |
| 2 | Rachel de Souza Carneiro | 04.04 a 21.07.2014 | Juíza Titular | 3 meses e 18 dias |
| 3 | Luís Henrique Bisso Tatsch | 30.09 a 09.10.2014 | Juiz Titular | 10 dias |
| 4 | Adair João Magnaguagno | Juiz Titular desde 28.11.2014 | | |
| 5 | Roberta Testani | Juíza Substituta zoneada na 73ª circunscrição | | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correcionado

Os afastamentos podem ser consultados na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº



0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição do Posto vinculado.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da Vara do Trabalho de São Borja, onde constam os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui.

| Servidores lotados na vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------------------|---|---|
| | Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
| 1 | Margaret Leonora Kayser | Técnico Judiciário - Área Judiciária | Assistente-Chefe de Posto (FC05) | 02.12.2009 |
| 2 | Leandro Fraga Bergmann | Técnico Judiciário - Área Judiciária | Assistente (FC02) | 19.05.2014 |
| 3 | Alex Bernardes | Técnico Judiciário - Área Judiciária | - | 08.08.2014 |
| 4 | Fernanda Muenzer Pereira | Técnico Judiciário - Área Judiciária | - | 09.06.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

A padronização da Estrutura de Pessoal encontra-se informada na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Os afastamentos dos servidores à disposição do Posto Avançado de Itaqui podem ser consultados na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

A movimentação de servidores à disposição do Posto Avançado de Itaqui encontra-se disponível para consulta na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

2.2.5 Estagiários

| Estagiário no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui | | | |
|---|------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| | Estagiário | Curso em Andamento | Período |
| 1 | Cristhian Matos Costa | Superior em Direito | 23.02.2015 a 22.08.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.07.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correcionado

A capacitação dos magistrados pode ser consultada na ata de correição da Vara do Trabalho de São Borja.

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

A capacitação dos servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja que se encontram à disposição do Posto Avançado de Itaqui pode ser consultada na ata de correição da respectiva Vara.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
|---|------------|------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 293 | 275 | -6,14% | 312 | 13,45% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 8 | 63 | 687,50% | 47 | -25,40% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 372 | 374 | 0,54% | 382 | 2,14% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 18 | 14 | -22,22% | 18 | 28,57% |
| Total | 691 | 726 | 5,07% | 759 | 4,55% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

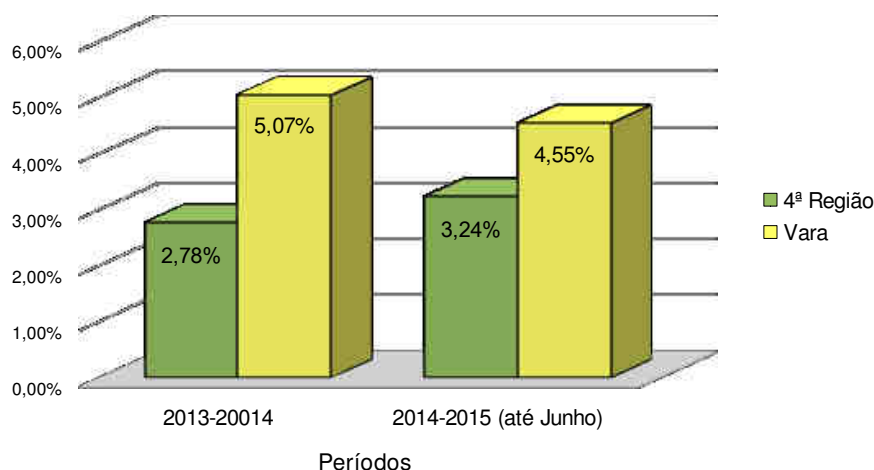
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 5,07% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a liquidação foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 55 processos); por sua vez, os acervos de conhecimento e de cartas precatórias registraram queda (18 e 4 processos, respectivamente) no período sob análise.

A variação do acervo de processos no Posto Avançado de Itaquí em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a junho de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 4,55%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
|--|------|------|--------------------|------------------|--------------------|
| Casos novos | 287 | 228 | -20,56% | 122 | -46,49% |
| Sentenças anuladas/reformadas | 1 | 4 | 300,00% | 1 | -75,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)* | 246 | 217 | -11,79% | 118 | -45,62% |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

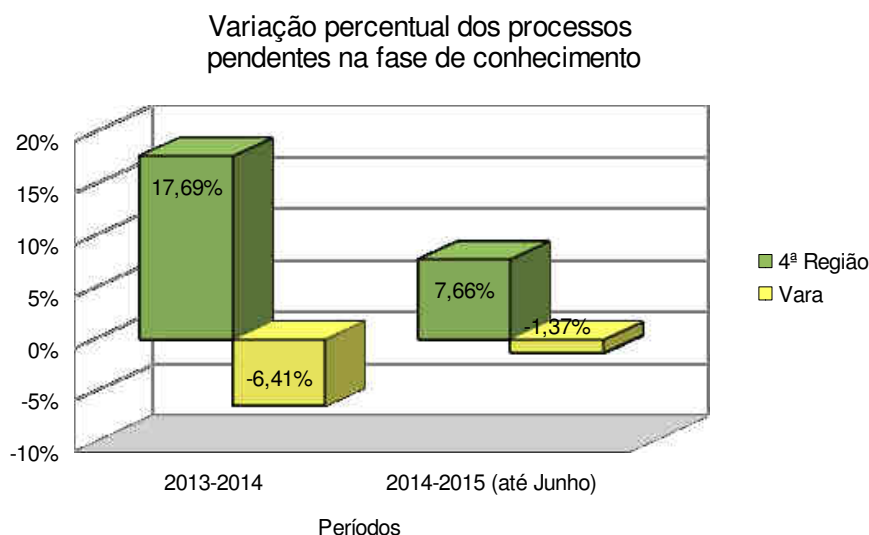
| | | | | | |
|---------------------------------------|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Processos pendentes de solução | 156 | 146 | -6,41% | 144 | -1,37% |
|---------------------------------------|------------|------------|---------------|------------|---------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma queda de 6,41% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 156 para 146 processos) – índice que destoou do verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 20,56% na média mensal de casos novos (a qual passou de 24 processos, em 2013, para 19,33 processos, em 2014).

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2015 apontam queda de 1,37% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice novamente diverge da média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (43,15%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 30.06.2015, houve redução de 29,41% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|---|------|------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 23 | 52 | 126,09% | 20 | -61,54% |



| | | | | | |
|--|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Aguardando encerramento da instrução | 107 | 63 | -41,12% | 91 | 44,44% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 7 | 14 | 100,00% | 21 | 50,00% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 19 | 17 | -10,53% | 12 | -29,41% |
| TOTAL | 156 | 146 | -6,41% | 144 | -1,37% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de conhecimento | | | | | |
|---|--------|--------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Itaqui - Posto Avançado | 39,41% | 44,07% | 11,83% | 56,13% | 27,37% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 61,09% | 37,81% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 44,07% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 11,83% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi similar ao congestionamento médio do TRT4.

3.2.3 Processos Solucionados

| Processos solucionados | | | | | | | |
|----------------------------|------------------------------------|------|-------|------|-------|------------------|-------|
| Tipo de solução | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até 30.06) | |
| | | QTD | % | QTD | % | QTD | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 131 | 53,25 | 115 | 53 | 71 | 60,17 |
| | Julgado procedente | 1 | 0,41 | 4 | 1,84 | 1 | 0,85 |
| | Julgado procedente em parte | 71 | 28,86 | 67 | 30,88 | 21 | 17,8 |
| | Julgado improcedente | 9 | 3,66 | 14 | 6,45 | 11 | 9,32 |
| | Extinto | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1,69 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem | Extinto | 17 | 6,91 | 6 | 2,76 | 4 | 3,39 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 9 | 3,66 | 6 | 2,76 | 2 | 1,69 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| exame de mérito | Desistência | 6 | 2,44 | 1 | 0,46 | 5 | 4,24 |
|-----------------|-----------------|------------|------|------------|------|------------|------|
| | Outras decisões | 2 | 0,81 | 4 | 1,84 | 1 | 0,85 |
| TOTAL | | 246 | 100 | 217 | 100 | 118 | 100 |

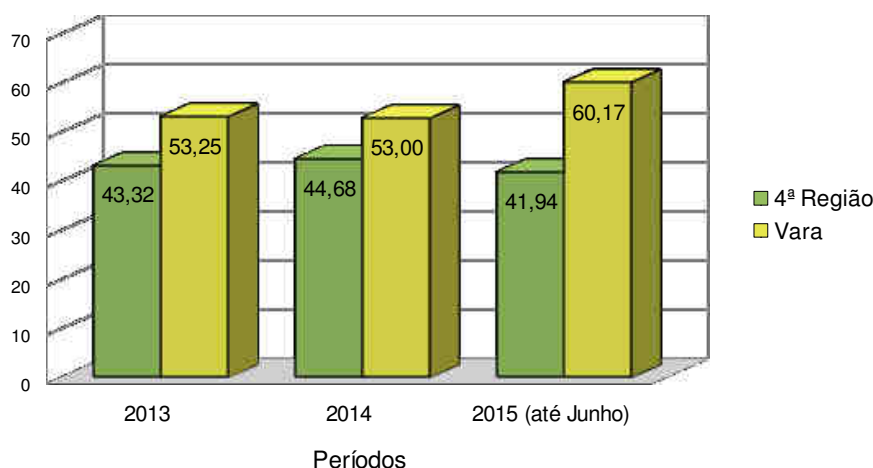
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Verificou-se diminuição de 29 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 11,79%. Essa queda se mostrou superior à média de toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 81 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 85 decisões, representando um aumento de 4,94%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi de encontro ao do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda do número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 131, representando 53,25% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 115, correspondendo a 53% das soluções na fase de conhecimento. Apesar da queda, o índice verificado foi bastante superior ao de toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 60,17%, resultado muito acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados





3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| Liquidações | | | | | |
|---------------------------|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Iniciadas | 10 | 82 | 720,00% | 15 | -81,71% |
| Encerradas | 3 | 27 | 800,00% | 29 | 7,41% |
| Pendentes | 8 | 62 | 675,00% | 45 | -27,42% |
| Arquivo Provisório | 1 | 1 | 0,00% | 1 | 0,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 8, em 2013, para 62, em 2014 (aumento de 675%). Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento no número de liquidações iniciadas de 10, em 2013, para 82, em 2014. Constatou-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2014 superou em 203,70% o número de liquidações encerradas no respectivo período.

Nos seis primeiros meses de 2015, houve recuo de 17 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 27,42%, recuo que superou a média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,44%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) * | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Itaqui - Posto Avançado | 76,92% | 70,00% | -9,00% | 62,34% | -10,95% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 58,84% | 33,25% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 70% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 9% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior em 25,84 pontos percentuais.



3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
|------------------------------------|--|------------|------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Entrada | Iniciadas | 85 | 49 | -42,35% | 42 | -14,29% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 10 | 146 | 1360,00% | 10 | -93,15% |
| Saídas | Encerradas | 73 | 55 | -24,66% | 40 | -27,27% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 43 | 13 | -69,77% | 2 | -84,62% |
| Pendentes | Exclusivamente crédito previdenciário | 4 | 3 | -25,00% | 1 | -66,67% |
| | Demais | 165 | 163 | -1,21% | 172 | 5,52% |
| | Total | 169 | 166 | -1,78% | 173 | 4,22% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 545 | 410 | -24,77% | 398 | -2,93% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes no Posto Avançado de Itaquí caiu de 169 para 166 processos, o que corresponde a um recuo de 1,78% em relação ao ano anterior. Esse índice vai ao encontro da tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi a queda de 42,35% no número de execuções iniciadas no período em questão.

Por sua vez, os dados colhidos no primeiro semestre de 2015 apontam aumento de 4,22% no estoque de processos pendentes na fase de execução, superando a média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) * | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Itaquí - Posto Avançado | 73,36% | 74,77% | 1,93% | 80,77% | 8,02% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 83,77% | 18,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 74,77% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 1,93% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior em 3,96 pontos percentuais.



| Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Itaqui - Posto Avançado | 91,10% | 92,79% | 1,86% | 93,53% | 0,79% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 90,64% | 6,74% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento do Posto Avançado de Itaqui na fase de execução, a qual passa a corresponder a 92,79% - índice 1,86% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passou a ser 7,88 pontos percentuais maior, o que denota efetividade na execução inferior à média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| BNDT | | | | | |
|---|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 22 | 37 | 68,18% | 8 | -78,38% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 19 | 14 | -26,32% | 11 | -21,43% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 456 | 479 | 5,04% | 477 | -0,42% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pelo Posto Avançado de Itaqui, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme listagem abaixo:



| | |
|---|---|
| 1 | Processo nº 0010082-17.2010.5.04.0871 |
| Situação processual: Em 14.04.2015, foi determinada a liberação dos honorários à perita mediante alvará e a expedição de ofício à CEF para recolhimento das contribuições fiscais. Em 10.06.2015, foi proferida sentença de extinção da execução e o arquivamento dos autos. Em 25.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 23.08.2012, as reclamadas <i>Empreiteira Medeiros Ltda., Gerber e Vanzella Ltda., Marcos Jediael Merengo Medeiros, Sonia Teresinha Medeiros Trindade e João Manoel Garcia de Medeiros</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 25.06.2015, foi registrada a quitação do débito somente em relação à primeira reclamada. | |
| 2 | Processos nº 8000700-68.2004.5.04.0871, nº 8000700-63.2007.5.04.0871, nº 8013200-11.2000.5.04.0871 |
| Reclamatórias em situação processual análoga à de nº 0010082-17.2010.5.04.0871. | |
| 3 | Processo nº 0010053-59.2013.5.04.0871 |
| Situação processual: Em 30.07.2013, foi proferida decisão extinguindo o processo com resolução do mérito em face de acordo realizado em outro processo entre as mesmas partes. Também foi determinado o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado. Em 27.09.2013, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos pela reclamada. Histórico BNDT: Em 08.07.2013, o reclamado <i>Evandro Pinto de Vargas</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| Incidentes processuais | | | | | | | | | |
|---|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------------|----------|-----------|
| Incidente | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até jun.) | | |
| | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes |
| Embargos de declaração | 14 | 9 | 1 | 23 | 11 | 13 | 6 | 13 | 6 |
| Antecipações de tutela | 2 | 0 | 2 | 6 | 6 | 2 | 5 | 7 | 0 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 5 | 3 | 4 | 0 | 0 | 4 | 2 | 0 | 5 |
| Embargos à execução | 9 | 10 | 6 | 9 | 8 | 7 | 4 | 5 | 6 |
| Embargos à arrematação | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Embargos à adjudicação | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 38 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 15,15% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 4,17% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 24 para 25). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 26, saldo 100% maior do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que,



em 30.06.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão recuou para 19, saldo 26,92% inferior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

| 1 | Processo nº 0010295-18.2013.5.04.0871 |
|---|---------------------------------------|
| Situação processual: Em 04.11.2014 e em 10.11.2014, reclamante e reclamada, respectivamente, apresentaram embargos de declaração. Em 14.11.2014, foi expedida notificação ao reclamante para se manifestar sobre o incidente apresentado pela parte contrária. Em 28.11.2014, foi lançado andamento no sistema informatizado de novos embargos de declaração apresentados pelo reclamante, apesar de constar no campo <i>Observação</i> informação de que se tratava manifestação do reclamante sobre os embargos da reclamada. Em 18.02.2015, foram lançados no sistema informatizado o julgamento de dois embargos de declaração, sendo um do reclamante e outro da reclamada. Por ter sido registrados os protocolos de três embargos de declaração e apenas dois julgamentos, um dos incidentes processuais ainda permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão. | |
| 2 | Processo nº 8016100-54.2006.5.04.0871 |
| Situação processual: Em 04.11.2013, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 18.11.2013, o reclamante apresentou impugnação à sentença de liquidação. Em 20.08.2014, os autos foram conclusos para julgamento dos embargos à execução. Em 29.09.2014, foi registrado no sistema informatizado apenas a decisão de improcedência desses embargos. No entanto, consultando o inteiro teor da referida decisão, constata-se que na mesma peça também foi julgada improcedente a impugnação à sentença de liquidação. Em face do exposto, permanece pendente de decisão, junto ao sistema e-Gestão, incidente processual do reclamante. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 102,38 | 84,06 | -17,89% | 458,25 | 445,13% |
| | Ordinário | 191,97 | 207,37 | 8,02% | 269,02 | 29,73% |
| | Total | 184,29 | 198,19 | 7,54% | 295,35 | 49,02% |

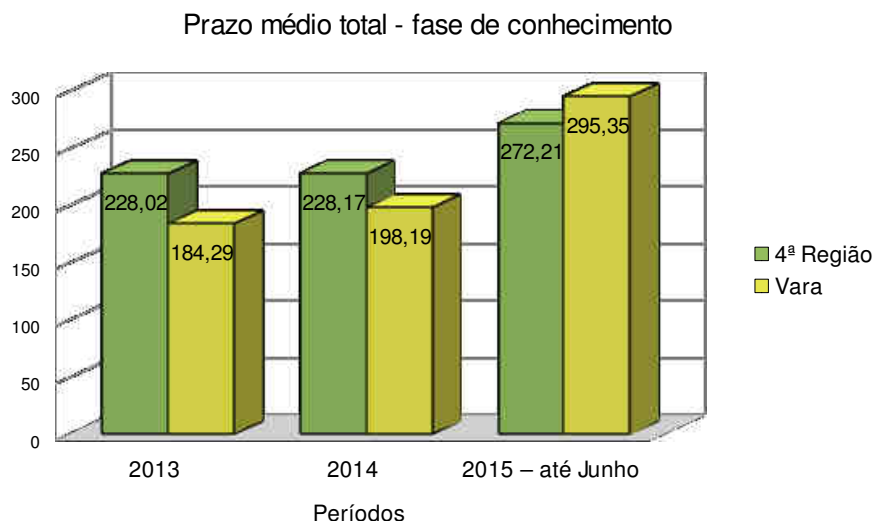
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 84,06 dias, correspondendo a um recuo de 17,89% em relação à média do ano anterior. Todavia, nos seis primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 445,13% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 207,37 dias, média 8,02% superior na comparação com 2013. Em 2015, igualmente, o prazo médio avançou 29,73% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 13,14% (29,98 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 8,50% (23,14 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---|-------------|--------|--------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | 2013 | 2014 | Varição 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Varição 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | - | - | - | - | - |
| | Ordinário | 164,00 | 103,63 | -36,81% | 165,79 | 59,99% |
| | Total | 164,00 | 103,63 | -36,81% | 165,79 | 59,99% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

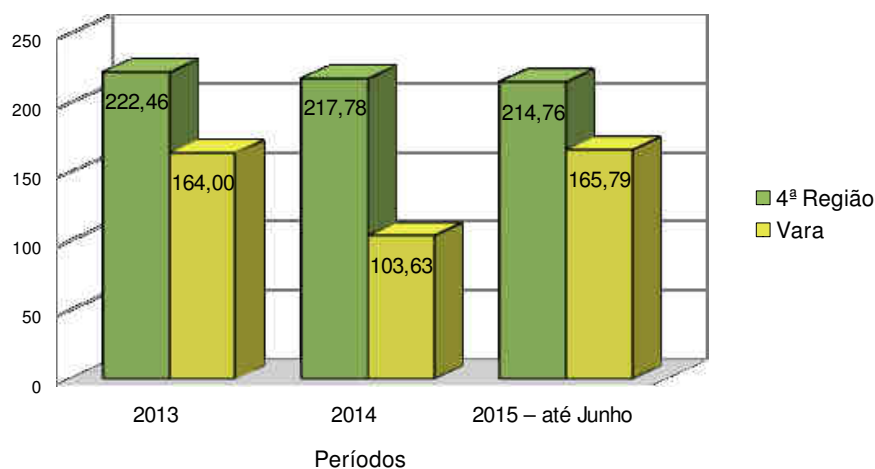
Nos últimos 3 anos, não há registro de processos do rito sumaríssimo que necessitaram de liquidação de sentença na Unidade, motivo pelo qual não



há qualquer registro de prazo médio de tramitação. Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 103,63 dias em 2014, média 36,81% menor que a de 2013. Porém, no primeiro semestre de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 165,79 dias, que equivale a um aumento de 59,99%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 52,42% (114,15 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 22,80% (48,97 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da execução | Ente privado | 406,12 | 483,17 | 18,97% | 539,72 | 11,70% |
| | Ente público | 536,50 | 906,94 | 69,05% | - | - |
| | Total | 410,54 | 636,45 | 55,03% | 539,72 | -15,20% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

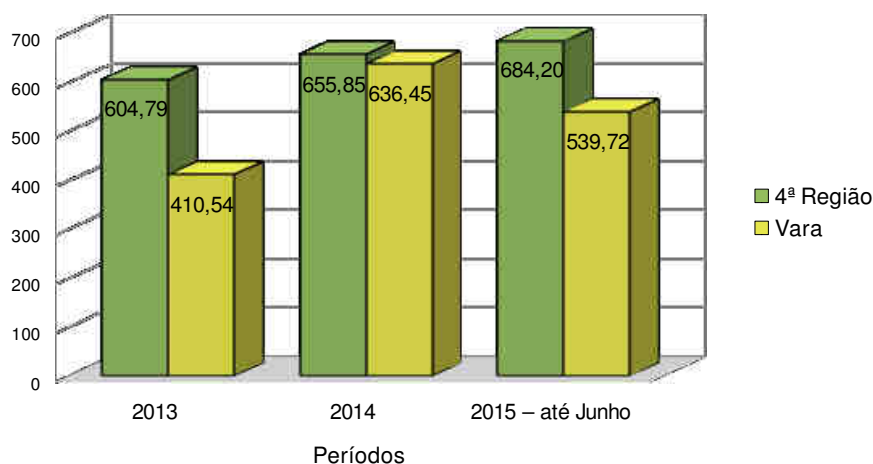
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 406,12 dias, em 2013, para 483,17 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a junho), da mesma forma, a média aumentou para 539,72 dias, prazo 11,70% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 536,50 dias, em 2013, para 906,94, em 2014. Não foram encerradas execuções de processos em face de ente público em 2015.



Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução no Posto Avançado de Itaquí foi 2,96% (19,40 dias) mais célere que a média da 4ª Região, desempenho que se repete nesses seis primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 21,12% (144,48 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

| META 2/2009 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

| META 2/2010 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*



| META 2/2012 CNJ | | | |
|----------------------|---|---------|---------------|
| Distribuídos em 2008 | Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados | % | Resultado |
| 237 | 237 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|---|---------|---------------|
| Distribuídos em 2009 | Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados | % | Resultado |
| 284 | 284 | 100,00% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

| META 1/2014 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|--------|-------------------|
| Distribuídos em 2014 | Solucionados em 2014 | % | Resultado |
| 228 | 217 | 95,18% | Meta não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

| META 2/2014 CNJ | | | |
|--|--|---------|---------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2011 | Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014 | % | Resultado |
| 6 | 6 | 100,00% | Meta cumprida |
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2012 | Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014 | % | Resultado |
| 115 | 113 | 98,26% | Meta cumprida |

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P5.1 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 673 |
| P5.2 | Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 0 |
| P5.3 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 105 |
| P5.4 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 0 |
| P5.5 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012 | Única | 59 |
| P5.6 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012 | Única | 0 |
| P5.7 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 81 |
| P5.8 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 0 |
| P5.9 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013 | Única | 70 |
| P5.10 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013 | Única | 0 |
| P5.11 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 49 |
| P5.12 | Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 0 |
| P5.13 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 57 |
| P5.14 | Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 0 |
| P5.15 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 0 |
| P5.16 | Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 0 |
| P5.17 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 0 |



| | | | |
|-------|---|--------|---|
| P5.18 | Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 0 |
|-------|---|--------|---|

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

| META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | |
|--|--------------------------|
| Percentual | Resultado |
| - 0,93% | Meta não cumprida |
| META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal | |
| Percentual | Resultado |
| Não aplicável. Unidade não registrou execuções fiscais no período avaliado. | |

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|----------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|--|
| Distribuídos até 30.06.2015 | Solucionados até 30.06.2015 | % | Resultado parcial (até junho) |
| 122 | 118 | 96,72% | Indicativo de não cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| META 2/2015 CNJ | | | |
|--|--|---------------|----------------------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2013 | Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan./2014 e jun./2015 | % | Resultado (até 30.06.2015) |
| 156 | 146 | 93,59% | Meta já cumprida |



5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Casos novos de execução em 2015 (até 30.06) | Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06) | Grau de Cumprimento | Resultado parcial (até 30.06.2015) |
| 42 | 42 | 100,00% | Indicativo de cumprimento da meta |

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|------------------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado parcial (até 30.06.2015) |
| 0 | Meta já cumprida |

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | | | |
|---|---|---|---------------------------|--|--|
| Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014 | | Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (30.06.2015) | Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta | Resultado parcial (até junho) |
| 1º | Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 0 | 0 | 0 | Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta |
| 2º | Estado do Rio Grande do Sul | 1 | 1 | 0 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 3º | Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 0 | 0 | 0 | Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|
| 4º | Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 5 | 5 | 4 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 5º | União | 0 | 2 | 0 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 6º | OI S.A. | 0 | 1 | 0 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 7º | <u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial) | 1 | 1 | 0 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 8º | Caixa Econômica Federal - CEF | 0 | 0 | 0 | Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta |
| 9º | Banco do Brasil S.A. | 1 | 1 | 0 | Resultado indicativo de não cumprimento da meta |
| 10º | Hospital Nossa Senhora da Conceição | 0 | 0 | 0 | Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--|-------------------------------------|---------------------------------------|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06) | Prazo médio a ser alcançado em 2015 | Resultado parcial (até junho) |
| 228,17 | 198,19 | 295,35 | 196,21 | Indicativo de não cumprimento da meta |



b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|-------|------|--------------------|---------------------|-------------------|--|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 30.06) | Meta para 2015 | Resultado parcial (até junho) |
| Total de acordos | 131 | 115 | 123,00 | 71 | 125 | Média parcial indicativa de cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 10,92 | 9,58 | 10,25 | 11,83 | 10,42 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências, quinzenalmente, às quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|--------------|---------|-------|-------------------------|--------|-------|
| Manhã | - | - | 9 (I) 3 (P) | - | - |
| Tarde | - | - | 3 (I) 1 (U) 3 (P) | - | - |

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências 04.8.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última Data Marcada | Próxima Data Livre |
|--|---------------------|--------------------|
| | | |
| Inicial | 02.9.2015 | 18.8.2015 |
| Una Sumaríssimo | 02.9.2015 | 16.9.2015 |
| Instrução | 10.12.2015 | 10.12.2015 |
| Tentativa de acordo em execução | - | - |

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 04.8.2015)



6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 30.06) | Variação 2014-2015 |
| Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência | Sumaríssimo | 39,41 | 65,80 | 66,95% | 78,46 | 19,25% |
| | Ordinário | 34,12 | 50,86 | 49,07% | 61,49 | 20,91% |
| | Total | 34,48 | 52,5 | 52,28% | 63,03 | 20,07% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 39,41 dias, em 2013, para 65,80 dias, em 2014 (elevação de 66,95%). Outrossim, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 78,46 dias, que equivale a um aumento 19,25% na comparação com 2014.

Além disso, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 34,12 dias, em 2013, para 50,86 dias, em 2014 (elevação de 49,07%), e nova elevação para 61,49 dias, em 2015 (aumento de 20,91%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| 2014 | | | | | |
|---------------------------------------|------------|------------|-----------|-------------|------------|
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Jaqueline Maria Menta | 12 | 14 | 1 | 0 | 27 |
| Julieta Pinheiro Neta | 9 | 16 | 2 | 0 | 27 |
| Laura Balbuena Valente Gabriel | 7 | 22 | 3 | 0 | 32 |
| Rachel de Souza Carneiro | 36 | 28 | 8 | 1 | 73 |
| Thiago Boldt de Souza | 11 | 8 | 0 | 0 | 19 |
| Átila da Rold Roesler | 89 | 92 | 8 | 0 | 189 |
| Total | 164 | 180 | 22 | 1 | 367 |
| 2015 (até 30.06) | | | | | |
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Adair João Magnaguagno | 134 | 75 | 12 | 0 | 221 |
| Total | 134 | 75 | 12 | 0 | 221 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| 2014 | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Jaqueline Maria Menta | 8 | 0 | 0 | 8 | 2 | 10 |
| Julieta Pinheiro Neta | 8 | 27 | 0 | 35 | 1 | 36 |
| Laura Balbuena Valente Gabriel | 9 | 0 | 0 | 9 | 1 | 10 |
| Rachel de Souza Carneiro | 25 | 12 | 0 | 37 | - | 37 |
| Thiago Boldt de Souza | 5 | 3 | 0 | 8 | - | 8 |
| Átila da Rold Roesler | 60 | 43 | 0 | 103 | 13 | 116 |
| Total | 115 | 85 | 0 | 200 | 17 | 217 |
| 2015 (até 30.06) | | | | | | |
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Adair João Magnaguagno | 70 | 9 | 2 | 81 | 9 | 90 |
| Jaqueline Maria Menta | 1 | 8 | 0 | 9 | - | 9 |
| Laura Balbuena Valente Gabriel | - | 4 | 0 | 4 | - | 4 |
| Marcelo Bergmann Hentschke | - | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Rachel de Souza Carneiro | - | 3 | 0 | 3 | - | 3 |
| Átila da Rold Roesler | - | 9 | 0 | 9 | 2 | 11 |
| Total | 71 | 33 | 2 | 106 | 12 | 118 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Juiz Titular Adair João Magnaguagno | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| 0010105-21.2014.5.04.0871 (Mais antigo. Concluído em 05.06.2015: 2 meses) | 0010211-80.2014.5.04.0871 | 0010221-27.2014.5.04.0871 |
| 0010220-42.2014.5.04.0871 | 0010222-12.2014.5.04.0871 | 0010223-94.2014.5.04.0871 |
| 0010228-19.2014.5.04.0871 | - | - |
| Total: 7 processos | | |



| Juíza substituta Laura Balbuena Valente Gabriel | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| 0010044-63.2014.5.04.0871 (Mais antigo. Concluído em 10.10.2014: 9 meses e 25 dias) | 0010045-48.2014.5.04.0871 | 0010046-33.2014.5.04.0871 |
| 0010055-92.2014.5.04.0871 | 0010063-69.2014.5.04.0871 | 0010068-91.2014.5.04.0871 |
| 0010099-14.2014.5.04.0871 | 0010131-19.2014.5.04.0871 | 0010271-87.2013.5.04.0871 |
| Total: 9 processos | | |

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 30.07.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 23.07.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 12.06.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada uma semana após a assinatura dos despachos pelo Magistrado.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada uma semana após a assinatura dos despachos pelo Magistrado.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada uma semana após a assinatura dos despachos pelo Magistrado.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 24 horas, a contar da protocolização.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A análise de protocolo é feita em uma semana.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional a certificação de prazo estava em 31.7.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.



7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada a cada 30 dias.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|---------------------------|------------|---|
| 1 | 0010119-39.2013.5.04.0871 | 30.06.2015 | 23 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|----------------------------|------------|---|
| 1 | 0010141-68.2011.5.04.0871* | 17.11.2014 | 8 meses e 6 dias |
| 2 | 0010140-83.2011.5.04.0871* | 21.01.2015 | 6 meses e 2 dias |
| 3 | 8033400-92.2007.5.04.0871 | 30.01.2015 | 5 meses e 23 dias |
| 4 | 0010118-54.2013.5.04.0871 | 19.02.2015 | 5 meses e 4 dias |
| 5 | 0010172-25.2010.5.04.0871* | 09.04.2015 | 3 meses e 14 dias |
| 6 | 8001200-37.2004.5.04.0871 | 01.06.2015 | 1 mês e 22 dias |
| 7 | 0010209-52.2010.5.04.0871 | 01.06.2015 | 1 mês e 22 dias |
| 8 | 0010136-46.2011.5.04.0871 | 05.06.2015 | 1 mês e 18 dias |
| 9 | 0010079-23.2014.5.04.0871 | 22.06.2015 | 1 mês e 1 dia |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

* Processo aguarda documentos solicitados pela perita.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

| | Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado |
|---|--------------|---------------------------|------------|--|
| 1 | 871-00193/15 | 0010006-22.2012.5.04.0871 | 03.07.2015 | 20 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **118 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10



autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|---|----------------------------|
| 1 | 0010191-60.2012.5.014.0871 |
| Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 729, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: os autos aguardam desde 24.2.2015 (certidão da fl. 723) a retirada dos autos pela perita contábil para apresentação do cálculo de liquidação (certidão da fl. 726); o requerimento do autor, da fl. 727, está pendente de apreciação. | |
| 2 | 0010050-70.2014.5.04.0871 |
| Aspectos gerais dos autos: ao contrário do certificado à fl. 722, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 173; a última folha do 3º volume não está numerada, assim como a penúltima folha do último volume. Movimentação processual: certificação de decurso de prazo 15 dias após o vencimento (certidão fl. 83). | |
| 3 | 0000233-97.2011.5.04.0802 |
| Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 481, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou; na certidão da fl. 465, carmim, constou equivocadamente a data de vencimento do prazo do reclamante para contraminutar o agravo de petição da reclamada como sendo 14.12.2014, quando o correto é 14.11.2014 (conforme andamentos do Infor). Movimentação processual: certificação de decurso de prazo 12 dias após o vencimento (fl. 464, carmim); o andamento registrado no sistema informatizado, em 20.11.2014 ('recebido o recurso') tumultua o entendimento do fluxo processual no caso de eventual consulta, já que o recurso interposto nos autos data de 05.8.2014. | |
| 4 | 0000123-17.2013.5.04.0871 |
| Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 318, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 305. Movimentação processual: o perito contábil permaneceu com os autos por 11 meses, sendo que o prazo a ele deferido era de 10 dias, conforme despacho da fl. 272 (a carga foi efetuada em 24.3.2014 e a cobrança dos autos foi efetuada apenas em 07.11.2014 (fl. 277); cumprimento do despacho da fl. 311 em 22 dias. | |
| 5 | 0010041-45.2013.5.04.0871 |
| Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 135, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: petição das fls. 91-92 apreciada 26 dias após a juntada (despacho da fl. 93); cumprimento do despacho da fl. 93 em prazo superior a 30 dias; petição das fls. 106/107 apreciada em 14 dias (fl. 110); movimentação processual 15 dias após a certificação de decurso de prazo da fl. 114. | |
| 6 | 0010208-28.2014.5.04.0871 |
| Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 34, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: nada a apontar. | |



| | |
|---|---------------------------|
| 7 | 0010117-35.2014.5.04.0871 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: as certidões das fls. 78 e 79 não respeitaram a ordem cronológica dos autos, considerando as datas lançadas em cada uma delas; ao contrário do certificado à fl. 141 os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: a petição das fls. 125-128 foi juntada em 09.1.2015 e apreciada em 29.1.2015 (20 dias após); a informação da fl. 132 foi protocolizada em 18.2.2015 e a notificação ao administrador judicial foi enviada 28 dias após (fl. 135); os autos aguardam desde 20.3.2015 (data da juntada da manifestação das fls. 137/138) o comparecimento da perita contábil à Secretaria, conforme certidão da fl. 140.</p> | |
| 8 | 0010058-47.2014.5.04.0871 |
| <p>Aspectos gerais dos autos: ao contrário do certificado à fl. 26, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: o processo ficou sem movimentação por 01 ano pelas razões expostas na certidão da fl. 25.</p> | |
| 9 | 0010046-96.2015.5.04.0871 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: ao contrário do certificado à fl. 29, os autos foram requisitados pela Corregedoria e não como constou. Movimentação processual: nada a apontar.</p> | |
| 10 | 0010205-73.2014.5.04.0871 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo para juntada da ata da fl. 76, nem constou no documento a expressão 'ata juntada no ato'; ao contrário do certificado à fl. 129 os autos foram requisitados pela Corregedoria, e não como constou. Movimentação processual: nada a apontar.</p> | |

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

| Prática | Exemplos |
|--|---------------------------|
| Ausência de prazo final do acordo | 0010100-96.2014.5.04.0871 |
| | 0010287-41.2013.5.04.0871 |
| | 0010159-84.2014.5.04.0871 |
| Autos aguardando arquivamento | 0010242-37.2013.5.04.0871 |
| Demora no impulso processual | 0010078-72.2013.5.04.0871 |
| | 0010169-65.2013.5.04.0871 |
| | 9999900-79.1999.5.04.0871 |
| Processos aguardando remessa ao TRT ou devolvidos à origem sem movimentação | 0010295-18.2013.5.04.0871 |
| | 0010166-47.2012.5.04.0871 |
| | 0010167-32.2012.5.04.0871 |



| | |
|---|---------------------------|
| Aguardando cumprimento de despacho | 0010077-53.2014.5.04.0871 |
| | 0010209-13.2014.5.04.0871 |
| | 0010060-80.2015.5.04.0871 |

No exame dessa listagem, verificou-se relevante quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de descon sideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, bem como pelo Edital do Gabinete da Presidência nº 02/2015, de 06.02.2015, há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária em **03.09.2015**.



10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

De acordo os dados levantados junto ao sistema e-Gestão, o Posto Avançado de Itaquí encontra-se com movimentação compatível com seu acervo processual. O aumento no número de processos no ano de 2014 deveu-se, sobretudo à fase de liquidação; em contrapartida, as fases de conhecimento e execução tiveram certa diminuição, tendência essa que permanece para o ano de 2015. O número de acordos na unidade em 2015, que já atingiu o percentual de 60%, merece destaque, assim como o prazo médio de tramitação na fase de liquidação, que foi mais de 100 (cem) mais célere que a média regional em 2014. O prazo médio da fase de execução, ainda que tenha sofrido certa oscilação, ainda se mantém mais exíguo do que a média do Estado. Quanto à fase de conhecimento, houve sensível aumento no prazo em 2015.

A propósito, a Assistente-Chefe Margaret Leonora Kayser, mencionou que alguns peritos geralmente designados na unidade costumam tomar ciência em escaninhos que lhes são designados na própria secretaria da Vara e, ainda, que eventualmente ocorrem atrasos na entrega dos laudos e devolução dos autos; a Corregedora determinou a Assistente-Chefe que passe a notificar os peritos quando extrapolarem o prazo de entrega dos processos. A orientação tem pertinência, na medida em que, quando do exame dos processos físicos na unidade, verificou-se relevante atraso no cumprimento das determinações por parte dos profissionais da área contábil.

A Assistente-Chefe mostrou-se comprometida e preocupada com a manutenção de uma boa qualidade no atendimento das partes e procuradores na unidade; relatou a dificuldade de manter o quadro de pessoal treinado e bem distribuído em relação às demandas do Posto diante da constante rotatividade de servidores, devendo ser considerada a distância da cidade.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem; não tendo havido manifestação, parabenizou a todos os presentes pelo comprometimento e resultados apresentados.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que vem sendo verificada também em 2015.



13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos 0010053-59.2013.5.04.0871, nº 8000700-68.2004.5.04.0871, nº 8000700-63.2007.5.04.0871, nº 8013200-11.2000.5.04.0871, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) verifique, nos autos dos processos nº 0010082-17.2010.5.04.0871, se ainda há débitos pendentes das devedoras solidárias/subsidiárias que justifiquem a manutenção delas no BNDT. Em caso negativo, deverá ser realizada a exclusão das reclamadas daquele banco de dados. Caso contrário, determina-se que a Secretaria substitua o andamento informatizado de arquivamento definitivo dos autos, por arquivamento provisório, com registro do débito da reclamada;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) por claro o equívoco no lançamento do protocolo de apresentação de embargos de declaração do dia 28.11.2014 no processo nº 0010295-18.2013.5.04.0871, exclua a Secretaria referido andamento processual, substituindo pelo que melhor se coaduna à manifestação acerca dos embargos da parte contrária;

b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à improcedência da impugnação à sentença de liquidação do reclamante no processo nº 8016100-54.2006.5.04.0871;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Titular **Adair João Magnaguagno** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7



deste relatório correccional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifique-se a Juíza Substituta **Laura Balbuena Valente Gabriel** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para que profira as sentenças com a maior brevidade possível, também devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correccional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) os auxiliares do Juízo devem observar e cumprir as determinações dentro dos prazos consignados, devendo ser evitadas situações como a verificada no processo 0010117-35.2014.5.04.0871;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais, evitando situações como a verificada no processo 0010117-35.2014.5.04.0871, analisado no item 8.1;
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada nos processos nº 0010191-60.2012.5.04.0871, 0000123-17.2013.5.04.0871 e 0010058-47.2014.5.04.0871, analisados no item 8.1;



- f) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPC;
- g) sugere-se que nos processos com acordo homologado, seja lançado no sistema informatizado a data de vencimento da última parcela, para melhor acompanhamento em caso de consulta pelas partes.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **118 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0010100-96.2014.5.04.0871; nº 0010287-41.2013.5.04.0871, nº 0010159-84.2014.5.04.0871);
- b) archive o processo (nº0010242-37.2013.5.04.0871);
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0010078-72.2013.5.04.0871; nº 0010169-65.2013.5.04.0871, nº 9999900-79.1999.5.04.0871);
- d) remeta os autos ou dê andamento aos recebidos (processos nº 0010295-18.2013.5.04.0871; nº 0010166-47.2012.5.04.0871, nº 0010167-32.2012.5.04.0871),
- e) diligencie para dar cumprimento aos despachos (processos nº0010077-53.2014.5.04.0871; nº 0010209-13.2014.5.04.0871, nº 0010060-80.2015.5.04.0871).

ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

ITEM 11 – CONSIDERAÇÕES

Determina-se que a Unidade passe a proceder a notificação dos peritos auxiliares do Juízo para que devolvam os autos à Secretaria quando extrapolarem o prazo de entrega dos processos.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Assistente-Chefe e os servidores da unidade de apoio judiciário, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Corregedora Regional esteve na Secretaria do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a esse Posto. Não compareceram interessados em se manifestar.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Assistente-Chefe deverá cientificar os servidores lotados na unidade de apoio judiciário das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Assistente-Chefe Margaret Leonora Kayser e pelos servidores presentes na unidade de apoio judiciário, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**